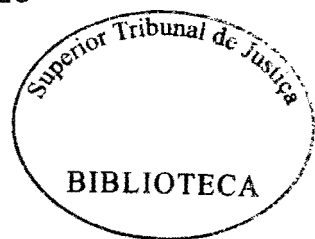


Carlos Augusto Alcântara Machado



**A FRATERNIDADE COMO CATEGORIA JURÍDICA
FUNDAMENTOS E ALCANCE**

(Expressão do Constitucionalismo Fraternal)

Appris
editora

Curitiba - PR
2017

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2017 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - USP Edmeire C. Pereira - UFPR Ireneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - PUCPR Marilda Aparecida Behrens - UFPR
EDITORIAÇÃO	Lucas Andrade Giuliano Ferraz
ASSESSORIA EDITORIAL	Bruna Fernanda Martins
DIAGRAMAÇÃO	Andrezza Libel de Oliveira
CAPA	Tarliny da Silva
REVISÃO	Ariadne Martins
GERÊNCIA COMERCIAL	Eliane de Andrade
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	Diogo Barros
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Igor do Nascimento Souza
LIVRARIAS E EVENTOS	Milene Salles Estevão Misael

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO SOCIOLOGIA DO DIREITO

DIREÇÃO CIENTÍFICA Francisco Carlos Duarte – PUCPR

CONSULTORES	Prof. Leonel Severo Rocha – UNISINOS
	Germano Schwartz – UNISINOS
	Vicente de Paulo Barretto – UNISINOS
	André-Jean Arnaud – Université de Paris X (Nanterre)
	Katya Kozicki – PUCPR
	Ricardo Giuliani Neto – UNISINOS
	Luis Gustavo Gomes Flores – UNISINOS
	Vera Karam de Chueiri – UFPR
	Délton Winter de Carvalho – UNISINOS
	Wanda Capeller – l'Institut d'Études politiques de Toulouse
	Guilherme de Azevedo – UNISINOS
	Rafael Simioni – FDSM
	Claudia Maria Barbosa – PUCPR

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

1136649

22 / 11 / 18

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
O MARCO CIVILIZATÓRIO DA FRATERNIDADE	23
1.1 Considerações iniciais	23
1.2 Dois discursos revolucionários: Robespierre e Girardin.....	25
1.3 A referência ao constitucionalismo francês	30
1.4 Origens e fundamento do ideal de fraternidade	31
1.5 A <i>philia</i> aristotélica	33
1.6 A categoria cristã da fraternidade	41
CAPÍTULO 2	
HUMANISMO INTEGRAL E FRATERNIDADE	51
2.1 O Humanismo: da Antiguidade à Modernidade.....	51
2.2 Jacques Maritain: filósofo do Humanismo Integral.....	60
2.3 A doutrina do Humanismo Integral	66
2.4 A influência do Humanismo Integral na Doutrina Social do Ocidente.....	78
CAPÍTULO 3	
FRATERNIDADE SECULAR	95
3.1 Premissas básicas e culturalismo jurídico	95
3.2 O Jus-Humanismo Normativo	102
3.3 Direito e Fraternidade	106
CAPÍTULO 4	
A FRATERNIDADE COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL	113
4.1 Abordagem preliminar e contexto de investigação.....	113
4.2 Liberdade, Igualdade e Fraternidade: evolução e consagração dos direitos humanos fundamentais.....	120
4.2.1 <i>Direitos de Liberdade</i>	120
4.2.2 <i>Direitos de Igualdade</i>	124
4.2.3 <i>Direitos de Fraternidade: advento do Constitucionalismo Fraternal</i>	126
4.3 A dignidade da pessoa humana como fundamento do constitucionalismo fraternal.....	153
4.4 Do Estado Liberal ao Estado Fraternal	162
4.5 O preâmbulo da Constituição do Brasil de 1988: compromisso com o constitucionalismo fraternal.	166
4.6 A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	178
4.7 A consolidação de uma nova proposta	196
CAPÍTULO 5	
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSIVAS	217
REFERÊNCIAS	221